

APRESENTAÇÃO

Poucas pessoas sabem hoje, mas a *Universidade Federal de Mato Grosso* (UFMT) já foi conhecida como *Universidade da Selva*. Sua criação, em 1970, procedeu o interesse do governo federal por descentralizar a concentração populacional e econômica brasileira, a propósito do desenvolvimento de conhecimento científico, especialmente voltado para as áreas agrárias e de licenciatura, que abrigaram as demandas da migração para o centro-oeste do país.

Nada trivial, tampouco saudosista, tais questões abrem porta para citarmos, à título de exemplo, relativa descentralização do conhecimento acadêmico, que até meados dos anos 1970 era uma realidade composta por regiões do litoral. A UFMT teve sua primeira nomeação para chefia de departamento do curso de História em 1975, exemplificando também a descentralização quanto à historiografia brasileira, em contexto de ascensão de novos problemas e mesmo de releituras do conhecimento histórico. Em síntese, não apenas em razão de ter se profissionalizado em novos cantos do país, também porque redescobriu a própria potencialidade dos estudos históricos, “fazer história” ganhou um novo fôlego no Brasil dos anos 1970.

Por que a historiografia interessada pelos acontecimentos ocorridos na Capitania de São Paulo apareciam nos livros como *História do Brasil*, enquanto aqueles ocorridos na Capitania de Mato Grosso ganharam o nome de *História Regional*? Quais relações de poder se escondiam sob estas diferenciações? Tais perguntas podem nos soar familiares atualmente, mas não eram à aproximadamente três décadas, e expressam hoje a história da História, que interessa a presente apresentação.

A ampliação dos espaços de estudos não apenas trouxe novos problemas, fontes e/ou perguntas feitas aos documentos, também veio ao encontro de uma autocrítica dos historiadores acerca do próprio campo. Vista como área de saber, oportunamente posta em perspectiva generalista, pode-se dizer que a História, no Brasil, ampliou-se na direção dos trabalhos feitos no interior do país, por um lado, ao passo em que se profissionalizou na direção das discussões provenientes da Europa (em especial, das gerações dos *Annales*), por outro lado. De todo modo, uma provocação inicial possível, para a ocasião, sugere a representação de um campo que ampliou o seu corpo, e que ao fazê-lo, fez o mesmo com as suas fronteiras.

O Volume 5, Número 1, de *Outras Fronteiras*, ilustra a discussão. Por não ser resultado de uma consolidação temática, isto é, não provir de um dossiê, a unificação dos textos dá pistas da pluralidade do interesse histórico de nossos dias. Abrindo o número, *As travestis na Revista Veja (1968-1985)*, artigo de Leonardo da Silva Martinelli e Marlise Regina Meyrer, apresenta-nos uma análise concernente a uma das mais novas problemáticas históricas, as de gênero, pondo em discussão as representações/classificações das travestis difundidas pela revista *Veja* durante os anos de 1968 a 1985, em destaque para as influências do que chamaram de *moralidade burguesa* e *valores tradicionais do mundo judaico-cristão* no governo civil-militar do Brasil.

Explorando o recorte historiográfico pertinente aos governos civil-militares por outra perspectiva, podendo-se dizer o mesmo quanto à inspiração do problema de pesquisa, uma vez mais, atinente ao gênero, está o texto de Bruno Corrêa de Sá e Benevides e Paula Pâmela Rodrigues Santos, “*Por uma sociedade mais justa*”: *a imprensa feminista nos anos de chumbo – Nós Mulheres (1976-1978)*. O trabalho faz uma história do jornal *Nós Mulheres* (1976-1978), indicando a hipótese de que o periódico, feito por mulheres e relacionado ao movimento feminista brasileiro, buscava fomentar o que chamam de *uma experiência conscientizadora* e a fim de *um processo de emancipação social*.

Já o texto *Porto Velho na década de 1980: fragmentos e projeções culturais*, escrito por Aleandro Gonçalves Leite, evidencia o problema das migrações para a Amazônia, notadamente, as dos anos 1970 e 1980, face a formação cultural de Porto Velho, Rondônia. Apoiando-se em fonte de natureza periódica, apresenta-nos o resultado de uma observação dos discursos produzidos nos jornais de maior circulação da cidade, sublinhando as disputas, políticas e econômicas, entre os que residiam em Porto Velho e os que chegaram à cidade em referidas décadas.

O quarto artigo do volume, obra de Pamela Peres Cabeira, foi até o outro lado do Oceano Atlântico para discutir como as alternâncias no governo de Oliveira Salazar, em destaque para o de Marcello Caetano, trataram a questão colonial entre África e Portugal. *Percepções coloniais do salazarismo ao marcelismo: Guerra de Libertação em África e a vaga revolucionária na metrópole* expõe esclarecimentos acerca da relutância de Portugal em manter-se em um sistema colonialista, assim como sobre o fomento, conseqüentemente, de crises em África e de uma Revolução na metrópole.

História do ensino de História no Brasil: tendências, continuidades, rupturas, de Eduardo Roberto Jodão Knack e Lidiane Friderichs, lembra-nos da

relevância das pesquisas sobre o Ensino de História em um cenário, no Brasil, ainda hegemonizado por investigações de outras ordens. Privilegiando as décadas de 1980, 1990 e 2000, o artigo discorre sobre o exercício de diferentes abordagens de ensino, evidenciando *a passagem de um ensino factual*, vínculo aos *heróis*, para uma *abordagem crítica da história*, possível, nas palavras e desenvolvimento das afirmações dos autores, a partir da *redemocratização em 1985* e da *mudança de paradigmas no ensino*, que tampouco romperam em absoluto com o que se vinha sendo praticado, e que exatamente por isso são analisados como permanências e/ou rupturas.

Em via de finalizar o número, *A revolução Constitucionalista de 1932 no Vale do Taquari/Rio Grande do Sul*, escrito por Janaine Trombini e Luís Fernando da Silva Laroque, aborda as repercussões da Revolução Constitucionalista no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Para o aporte dos argumentos, os autores coletaram e analisaram dados provenientes de bibliografia, jornais e outros documentos de arquivos, existentes no centro-leste do estado, a propósito do apoio da região aos paulistas, seguido da repressão provida pelas forças governamentais, em 1932.

O sétimo e último artigo tem em comum com o trabalho citado acima o nome de Luís Fernando da Silva Laroque, coautor, juntamente com Cibele Caroline da Rosa e Júlia Elisabete Barden, de *Patrimônio, memória e identidade: estudo de caso do Terno de Reis entre descendentes de açorianos no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil*. Explicam os autores que o Terno de Reis é uma festa relacionada com a cultura de imigrantes açorianos que vieram para o Brasil no século XVIII, posto que, analisam eles, desenvolveu-se em patrimônio cultural no Vale do Taquari mais recentemente e já mediante atualizações e ressignificações culturais. Com metodologia de perfil qualitativo e exploratório, afirmam, *a análise se ancora em técnicas de pesquisa bibliográfica e uso da história oral para realização de entrevistas*, estando especialmente implicada com os estudos teóricos da etnicidade.

Finalmente, destacamos a satisfação por contribuir, ainda que modestamente, com a divulgação destas frentes de trabalho da História. Esperamos que o número satisfaça o interesse do leitor. E, ainda em tempo, agradecemos as contribuições de todos os pareceristas, em especial, obviamente, aos autores e novos historiadores que confiaram seus textos ao nosso trabalho.

Flávio Conche do Nascimento
Editor-Chefe da Revista Outras Fronteiras
Mestre e Doutorando em História pela UFMT